**TERMO DE RECONHECIMENTO DE DESPESA
PROCESSO Nº 2017.30550.001120**

O Estado do Tocantins, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins, inscrita no CNPJ sob o número 25.053.117/0001-64, neste ato representado pelo Senhor Secretário da Saúde, Marcos E. Musafir, brasileiro, residente e domiciliado nesta capital, nomeado Secretário da Saúde, pelo Ato Governamental de nº 96 - NM, publicado no Diário Oficial do Estado nº 4.548 em 27/01/2016, adiante designado simplesmente DEVEDOR, celebra o presente instrumento, conforme as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A DEVEDORA reconhece expressamente, na forma do disposto no art. 62 e 63, §§1º e 2º, incisos I e III da Lei Federal nº 4.320/64 C/C art. 1º do Decreto nº 62.115/68, que deve a Empresa Atom Distribuidora de Materiais Hospitalares Eireli-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 18.064.615/0001-47, estabelecida na Quadra 212 Norte, Alameda 07, nº 36, sala 03 e 04, Plano Diretor Norte, Palmas/TO, a importância de R\$ 25.482,10 (vinte e cinco mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e dez centavos), visando o pagamento da nota fiscal anexa aos autos, conforme os termos do Parecer Jurídico "SAJ/DCC/GC" nº /2017, referente ao fornecimento de alimentação enteral para o Hospital Geral de Palmas e Hospital Regional de Araguaína, em decorrência da paralisação ocorrida em 23 de agosto de 2016 pela empresa ao tempo contratada por esta Pasta.

CLÁUSULA SEGUNDA - Fica eleito o Foro da Comarca de Palmas para dirimir qualquer litígio.

Palmas, aos 07 dias do mês MARÇO do ano de 2017.

MARCOS E. MUSAFIR
Secretário de Estado da Saúde

**DESPACHO/GAB Nº 260/2017
PROCESSO: 2016 30550 003560**

Vistos etc...

ACOLHO e ADOTO os ditames elencados no RELATÓRIO DE RECOMENDAÇÃO Nº 36/2017 lavrado pela Gerência de Corregedoria da Saúde, fls. 447-452, tomando-o como fundamento, a impossibilidade de aplicação de sanção administrativa a empresa ESD DROGARIA LTDA, materializado ao grau de reprovabilidade da conduta praticada, nos seguintes termos:

a) Impossibilidade de aplicação de Sanção Administrativa a empresa ESD DROGARIA LTDA, inscrita no nº CNPJ sob nº 39.364.468/0001-09, pelos fatos e fundamentos apresentados;

b) Intimação da empresa ESD DROGARIA LTDA para ciência da decisão proferida;

c) Posterior arquivamento dos autos em epígrafe.

Por fim, encaminhamos os autos a Gerência de Corregedoria da Saúde para adoção das medidas cabíveis.

Palmas - TO, 06 de Março de 2017.

MARCOS E. MUSAFIR
Secretário de Estado da Saúde

**DESPACHO/GAB Nº 261/2017
PROCESSO: 2016 30550 003560**

Vistos etc...

ACOLHO e ADOTO os ditames elencados no RELATÓRIO DE RECOMENDAÇÃO Nº 36/2017 lavrado pela Gerência de Corregedoria da Saúde, fls. 447-452, tomando-o como fundamento, a impossibilidade de aplicação de sanção administrativa a empresa MEDCOMERCE COM. DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES, materializado ao grau de reprovabilidade da conduta praticada, nos seguintes termos:

a) Impossibilidade de aplicação de Sanção Administrativa a empresa MEDCOMERCE COM. DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES, inscrita no nº CNPJ sob nº 37.396.017/0001-10, pelos fatos e fundamentos apresentados;

b) Intimação da empresa MEDCOMERCE COM. DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES para ciência da decisão proferida;

c) Posterior arquivamento dos autos em epígrafe.

Por fim, encaminhamos os autos a Gerência de Corregedoria da Saúde para adoção das medidas cabíveis.

Palmas - TO, 06 de Março de 2017.

MARCOS E. MUSAFIR
Secretário de Estado da Saúde

**DESPACHO/GAB Nº 262/2017
PROCESSO: 2016 30550 003560**

Vistos etc...

ACOLHO e ADOTO os ditames elencados no RELATÓRIO DE RECOMENDAÇÃO Nº 36/2017 lavrado pela Gerência de Corregedoria da Saúde, fls. 447-452, tomando-o como fundamento, a impossibilidade de aplicação de sanção administrativa a empresa MERCK S/A, materializado ao grau de reprovabilidade da conduta praticada, nos seguintes termos:

Impossibilidade de aplicação de Sanção Administrativa a empresa MERCK S/A, inscrita no nº CNPJ sob nº 33.069.212/0001-84, pelos fatos e fundamentos apresentados;

Intimação da empresa MERCK S/A para ciência da decisão proferida;

Posterior arquivamento dos autos em epígrafe.

Por fim, encaminhamos os autos a Gerência de Corregedoria da Saúde para adoção das medidas cabíveis.

Palmas - TO, 06 de Março de 2017.

MARCOS E. MUSAFIR
Secretário de Estado da Saúde

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2015
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0263/2015**

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO POR ITEM e com base no Decreto Estadual nº 5.344/2015 e Decreto Federal nº 7.892/2013 fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 056/2015 da Secretaria da Saúde/TO, aos preços das empresas abaixo relacionadas e classificadas no certame e demais discriminações, constantes em suas Propostas de Preços, anexada aos autos:

EMPRESA: CENTRO OESTE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS
HOSPITALARES LTDA EIRELI - ME
CPNJ: 02.683.235/0001-50

ITEM	QTD	UNIDADE	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
20	3.720	UNIDADE	FIO DE AÇO MALEÁVEL 1,0 MM	IOL	23,59	87.754,80
VALOR TOTAL						R\$ 87.754,80

**ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2015
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0263/2015**

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO POR ITEM e com base no Decreto Estadual nº 5.344/2015 e Decreto Federal nº 7.892/2013 fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 056/2015 da Secretaria da Saúde/TO, aos preços das empresas abaixo relacionadas e classificadas no certame e demais discriminações, constantes em suas Propostas de Preços, anexada aos autos:

EMPRESA: MED-ALD PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES
EIRELI - EPP - CPNJ: 21.881.617/0001-33

ITEM	QTD	UNIDADE	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
65	8.640	ENVELOPE	NYLON MONOF. PRETO 5,0 C/AG. 2,5CM 1/2 CIRC. TRIANG.	BIOLINE	2,09	18.057,60
VALOR TOTAL						R\$ 18.057,60

**ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2015
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0263/2015**

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO POR ITEM e com base no Decreto Estadual nº 5.344/2015 e Decreto Federal nº 7.892/2013 fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 056/2015 da Secretaria da Saúde/TO, aos preços das empresas abaixo relacionadas e classificadas no certame e demais discriminações, constantes em suas Propostas de Preços, anexada aos autos:

EMPRESA: ÚNICO MULT EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS LTDA
CPNJ: 13.444.068/0001-01

ITEM	QTD	UNIDADE	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
53	25.920	ENVELOPE	NYLON MONOF. PRETO 0 C/AG. 3,0CM 3/8 CIRC. TRIANG.	TECHNOFIO	1,44	37.324,80
61	8.640	ENVELOPE	NYLON MONOF. PRETO 4,0 C/AG. 2,4CM 3/8 CIRC. TRIANG. 45CM	TECHNOFIO	1,40	12.096,00
64	8.640	ENVELOPE	NYLON MONOF. PRETO 5,0 C/AG. 2,0CM 3/8 CIRC. TRIANG.	TECHNOFIO	1,45	12.528,00
VALOR TOTAL						R\$ 61.948,80

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO
Horário de Brasília

A Secretaria de Estado da Saúde/TO, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que realizará os pregões eletrônicos relacionados abaixo:

- Pregão Eletrônico nº 050/2017 - Processo 6200/2016. Objeto: Registro de Preços para eventual e provável aquisição de equipamentos hospitalares destinados às ações para instalação da Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica em Araguaína, conforme especificado no Edital e seus anexos. Data/Horário: 27/03/2017 às 14 horas. Sistema: www.comprasnet.gov.br. Pregoeira: Rubisléia Mesquita.

- Pregão Eletrônico nº 052/2017 - Processo 4014/2016. Objeto: Aquisição de Dieta Enteral para atender Demanda Judicial, conforme especificado no Edital e seus anexos. Data/Horário: 28/03/2017 às 14 horas. Sistema: www.publinexo.com.br. Pregoeira: Rubisléia Mesquita.

- Pregão Eletrônico nº 053/2017 - Processo 7996/2016. Objeto: Aquisição de medicamento para atender Demanda Judicial, conforme especificado no Edital e seus anexos. Data/Horário: 28/03/2017 às 15 horas. Sistema: www.publinexo.com.br. Pregoeira: Rubisléia Mesquita.

Os editais também encontram-se disponíveis no site www.saude.to.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas através dos telefones (063) 3218-1722/3098.

Palmas, 08 de março de 2017.

Kássia Divina Pinheiro Barbosa Koelln
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 056/2015
AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO**

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Estado da Saúde/TO torna público o Resultado Parcial do Pregão Eletrônico Nº 056/2015 - Processo Administrativo Nº 2015/30550/000263, conforme segue:

CENTRO OESTE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EIRELI - ME
CNPJ: 02.683.235/0001-50, o valor adjudicado R\$ 87.754,80.

ÚNICO MULT EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS LTDA
CNPJ: 13.444.068/0001-01, o valor adjudicado R\$ 61.948,80.

MED-ALD PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES EIRELI-EPP
CNPJ: 21.881.617/0001-33, o valor adjudicado R\$ 18.057,60.

O valor total adjudicado R\$ 167.761,20. O resultado completo encontra-se disponível no site www.publinexo.com.br.

Palmas/TO, 06 de março de 2017.

KÁSSIA DIVINA PINHEIRO BARBOSA KOELLN
Presidente da Comissão Permanente de Licitação/SESAU

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

A Secretaria de Estado da Saúde/TO torna público que o pregão eletrônico nº 035/2017, realizado às 14 horas do dia 07/03/2017, objetivando a aquisição de medicamento para atender demanda judicial, no sistema Publinexo, restou DESERTO (Processo Administrativo 2016/30550/004063).

Palmas, 07 de março de 2017.

KÁSSIA DIVINA PINHEIRO BARBOSA KOELLN
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Secretaria de Estado da Saúde

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

PORTARIA SSP Nº 171, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, nomeado pelo Ato de nº 16-NM, de 01 de janeiro de 2015, do Chefe do Poder Executivo, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado do Tocantins, e o art. 6º, incisos I e II, da Lei nº 2.986, de 13 de julho de 2015,

Considerando que as férias do servidor abaixo qualificado foram suspensas, em face da necessidade do serviço, com fulcro no art. 58, *caput*, da Lei 1.654, de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Civis do Estado do Tocantins, por intermédio da Portaria nº 675, de 02 de março de 2011, publicada no Diário Oficial nº 3.337, de 09/03/2011;

Considerando que, consoante o parágrafo único do dispositivo supracitado, "o restante do período interrompido deve ser fruído de uma só vez, observado o interesse e as necessidades da Administração Pública."

Considerando que o Diretor de Inteligência e Estratégia solicitou, por intermédio da Proposta de Portaria DIE nº 002/2017, em face da necessidade do serviço policial, observados o interesse e as necessidades da Administração Pública, a concessão do período interrompido para fruição com início no dia 16/01/2017 e fim em 14/02/2017, resolve,

CONCEDER a fruição de 30 (trinta) dias das férias, anteriormente interrompidas, por intermédio da Portaria supramencionada, a LEONARDO JOSÉ DE SOUZA, Agente de Polícia de Classe Especial, matrícula nº 713391-1, no período de 16/01/2017 a 14/02/2017, referente ao período aquisitivo de 2009/2010, com efeito retroativo a 16/01/2017.

Palmas/TO, 22 de fevereiro de 2017.

Cesar Roberto Simoni de Freitas
Secretário de Estado da Segurança Pública

PORTARIA SSP Nº 172, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, nomeado pelo Ato de nº 16-NM, de 01 de janeiro de 2015, do Chefe do Poder Executivo, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado do Tocantins, e o art. 6º, incisos I e II, da Lei nº 2.986, de 13 de julho de 2015,

Considerando que as férias do servidor abaixo qualificado foram suspensas, em face da necessidade do serviço, com fulcro no art. 58, *caput*, da Lei 1.654, de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Civis do Estado do Tocantins, por intermédio da Portaria nº 658, de 03 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.432, de 07/08/2015;

Considerando que, consoante o parágrafo único do dispositivo supracitado, "o restante do período interrompido deve ser fruído de uma só vez, observado o interesse e as necessidades da Administração Pública."

Considerando que o Diretor de Inteligência e Estratégia solicitou, por intermédio da Proposta de Portaria DIE nº 003/2017, em face da necessidade do serviço policial, observados o interesse e as necessidades da Administração Pública, a concessão do período interrompido para fruição com início no dia 21/02/2017 e fim em 22/03/2017, resolve,